

A BELÉM ESCONDIDA DA COP30

Do lado de fora dos ambientes climatizados CPO30, o ar pesa. É um calor úmido, que cola na pele como um lembrete permanente de que a floresta respira – e sufoca. Belém, nesses dias de COP, parece uma cidade de camadas: na superfície, os painéis coloridos, os slogans em inglês de fonte moderna, os ônibus adesivados anunciando “Amazon Future”, “Green Deal”, “Just Transition”. Lá embaixo, no asfalto esburacado que a maquiagem urbana não alcança, continua o mesmo trânsito caótico, as palafitas empurradas para longe do cartão-postal, as famílias que assistem à conferência pela televisão, quando a conta de luz deixa.

A capital simbólica do Brasil se mudou para Belém por alguns dias, dizem os jornais, como se fosse possível deslocar a República por decreto, debaixo de tendas brancas e bandeiras tremulando na beira do Guajará. No mapa protocolar, ministros, juízes e deputados agora despacham “na Amazônia”. No mapa real, aquele que não aparece em powerpoints, a Amazônia continua despachada: madeira, carne, minério, gente. Os discursos atravessam o Atlântico; as vidas atravessam o mês como podem.

Enquanto isso, abre-se uma avenida nova rasgando um pedaço de floresta: projeto antigo, justificativa moderna. A obra vem vestida de palavras bonitas – mobilidade, integração, legado –, mas o som que se ouve primeiro não é o da “sustentabilidade”, é o da motosserra. Para dar passagem aos carros oficiais, aos ônibus fretados, às vans de credenciados, algumas centenas de árvores deixam de fazer sombra e fotossíntese para virar estatística em relatório de impacto. No folheto institucional, a via ganha até nome heroico: poderia se chamar Avenida Liberdade; na boca de quem mora por ali, corre o risco de virar apenas a avenida da hipocrisia.

Nas salas refrigeradas, os chefes de Estado falam em “ponto de não retorno” como quem pronuncia um conceito abstrato, algo entre um gráfico e uma hipótese. Cá fora, esse ponto tem coordenadas: é a margem do igarapé que virou valão; é a comunidade removida de última hora em nome do “legado urbano”; é o pescador que hoje precisa navegar mais longe para encontrar um rio que ainda não foi envenenado. O racismo ambiental, palavra que muita gente aprendeu a soletrar recentemente, se reconhece sem dicionário: é o calor mais intenso justamente onde moram os mais pobres, é o lixo acumulado nos bairros periféricos, é a enchente que sempre escolhe a mesma rua para voltar.

Lula fala, com a eloquência que o mundo aprendeu a admirar, de fundos internacionais para florestas em pé, de um novo pacto para as “florestas tropicais do Sul Global”, de um modelo em que preservar rende dividendos. Ao mesmo

tempo, precisa explicar por que a exploração de petróleo na foz do Amazonas não é contradição, mas “necessidade de desenvolvimento”. A plateia, polida, aplaude as frases certas. Aqui fora, a sensação é de déjà vu: já ouvimos promessas de demarcação, de combate ao garimpo, de tolerância zero com o desmatamento. A floresta, no entanto, continua sendo tratada muitas vezes como uma espécie de reserva de valor da qual todos querem viver, mas poucos estão dispostos a ouvir.

Do lado de fora das grades de segurança, os povos que sempre estiveram aqui não esperam tradução simultânea. Chegam com faixas escritas à mão, corpos pintados, cocares que a câmera internacional adora transformar em símbolo exótico, mas raramente em microfone ligado. Quando os Munduruku e outros povos bloqueiam acessos, exigindo serem ouvidos diretamente pelo presidente, o noticiário registra como “tensão” ou “confronto”, como se o incômodo maior estivesse no cronograma atrasado da agenda oficial, e não nos séculos de silenciamento acumulados.

Belém, nesses dias, se converte em metáfora perfeita da Amazônia em disputa: de um lado, o palco climatizado onde se decide o tom do comunicado final; de outro, a cidade real, com suas crateras nas ruas, suas filas no posto de saúde, seus bairros alagados. A mesma mão que assina decretos de “emergência climática” muitas vezes demora para assinar a ordem de serviço de saneamento básico. A foto oficial mostra líderes caminhando por passarelas limpas; a imagem que não ganha *release* é a da criança brincando na vala, a poucos quilômetros do “Green Zone”.

Há também a Belém dos improvisos, que abriga delegações em navios atracados, conventos adaptados, antigos motéis rapidamente higienizados para receber ONG de nome em inglês. As camas onde antes se vendia privacidade por horas agora hospedam especialistas em créditos de carbono. A cidade aprende, a toque de caixa, uma nova gramática: *offset*, *green bonds*, *climate resilience*. Mas os termos antigos – fome, despejo, violência policial – seguem sem tradução aceitável nos documentos oficiais.

Talvez a maior contradição da COP30 seja essa: escalar a Amazônia para o papel de protagonista sem lhe dar direito ao roteiro. Fala-se em “escutar as vozes da floresta”, mas, na prática, o áudio muitas vezes vem filtrado, passado por *headset*, revisado por consultoria. O que nós exigimos – e dizemos em voz alta, mesmo que tentem nos empurrar para fora do enquadramento – é algo mais simples e ao mesmo tempo mais revolucionário: que a floresta e seus povos não sejam tema de painel, mas parte da mesa de decisão; que a palavra “participação” deixe de ser substantivo de relatório e se torne verbo conjugado no presente.

Porque demarcar terras indígenas não é um gesto de generosidade governamental, é o mínimo constitucional. Reconhecer o racismo ambiental não é modismo acadêmico, é admitir que a cor da pele, o CEP e a origem determinam quem bebe

água limpa e quem respira fumaça. E transformar a COP em ponto de inflexão – e não em ponto turístico – exige coragem para enfrentar interesses que não cabem em discurso protocolar.

No fim do dia, quando os carros oficiais deixam o centro de convenções e o ar-condicionado finalmente é desligado, quem fica é a cidade. Ficam as árvores que restaram, os rios que ainda não foram bloqueados por lama, as casas que resistiram à pressa das obras. Ficam também as promessas. Nós, que aprendemos a colecionar promessas como quem coleciona cicatrizes, repetimos em coro: não queremos ser figurantes na conferência que leva o nome da nossa casa. Queremos decidir como ela será preservada, como será habitada, como será sonhada.

Se a COP30, em Belém, tiver algum sentido para além dos discursos, ele estará menos na foto do plenário cheio e mais no momento em que os que hoje se refugiam em ambientes climatizados toparem abrir a janela – literal e metaforicamente – para ouvir o que a cidade, a floresta e seus povos vêm dizendo há séculos. Até lá, seguimos exigindo: promessas cumpridas, terras demarcadas, decisões compartilhadas. Tudo o mais é maquiagem que derrete no primeiro temporal amazônico.